é insolvente Raquel Fernanda Oliveira Sequeira Ramos, divorciada, nascido em 18-11-1981, NIF 228963788, BI 12001109, Rua Nova, n.º 92 Aver-O-Mar 4490-000 Póvoa de Varzim, proferido despacho Inicial Incidente de Exoneração Passivo Restante e Nomeação de Fiduciário.

Para exercer as funções de fiduciário foi nomeado o senhor administrador da insolvência João Manuel Couto Morais de Almeida, Endereço: Av. Dr. João Canavarro, 305, 3.º S/32, Edif. Alameda 1, 4480-668 Vila do Conde.

Durante o período de cessão, o devedor fica obrigado (5 anos subsequentes ao encerramento do processo de insolvência), o devedor fica obrigado a: Não ocultar ou dissimular quaisquer rendimentos que aufira, por qualquer título, e a informar o tribunal e o fiduciário sobre os seus rendimentos e património na forma e no prazo em que isso lhe seja requisitado; Exercer uma profissão remunerada, não a abandonando sem motivo legítimo, e a procurar diligentemente tal profissão quando desempregado, não recusando desrazoavelmente algum emprego para que seja apto; Entregar imediatamente ao fiduciário, quando por si recebida, a parte dos seus rendimentos objecto de cessão; Informar o tribunal e o fiduciário de qualquer mudança de domicílio ou de condições de emprego, no prazo de 10 dias após a respectiva ocorrência, bem como, quando solicitado e dentro de igual prazo, sobre as diligências realizadas para a obtenção de emprego; Não fazer quaisquer pagamentos aos credores da insolvência a não ser através do fiduciário e a não criar qualquer vantagem especial para algum desses credores.

15 de Julho de 2011. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Isabel Magalhães.* — O Oficial de Justiça, *Clara Santos*.

304921214

## 2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE RIO MAIOR

### Anúncio n.º 11538/2011

**Insolvência pessoa singular (Apresentação)**
**Processo n.º 422/11.1TBRMR**

Insolventes: Manuel Montez Vieira Rodrigues e Adília Guedes Rodrigues Vieira

Despacho de exoneração passivo restante e nomeação de fiduciário nos autos de Insolvência acima identificados em que são:

Insolventes:

Manuel Montez Vieira Rodrigues, estado civil: Casado (regime: Casado), NIF 111783461, BI n.º 2313508, Segurança social n.º 10951307508, Endereço: Estrada das Encostas N.º 1, Alfouves, 2040-051 Azambujeira

Adília Guedes Rodrigues Vieira, estado civil: Casado (regime: Casado), NIF 136620060, BI n.º 7602423, Segurança social n.º 10951886170, Endereço: Estrada das Encostas N.º 1, Alfouvés, 2040-051 Azambujeira

Administrador da insolvência:

Jorge Fialho Faustino, Endereço: Rua da Capela, 14, Benedita, 2475-109 Benedita

Ficam notificados todos os interessados, de que no processo supra identificado, foi proferido despacho de exoneração do passivo restante.

Para exercer as funções de fiduciário foi nomeado:

Jorge Fialho Faustino, Endereço: Rua da Capela, 14, Benedita, 2475-109 Benedita

Durante o período de cessão, os devedores ficam obrigados:

Durante os 5 anos posteriores ao encerramento do processo de insolvência, o rendimento disponível dos insolventes que estes venham a auferir — englobando todos os rendimentos que os mesmos venham a auferir, com exclusão do valor equivalente a duas vezes o salário mínimo nacional(por se considerar necessário para o sustento dos devedores), e do que seja necessário para o exercício dos devedores da sua actividade profissional (artigo 239.º n.º 3 do CIRE) — se considera cedido a fiduciário.

Não ocultar ou dissimular quaisquer rendimentos que aufira, por qualquer título, e a informar o tribunal e o fiduciário sobre os seus rendimentos e património na forma e no prazo em que isso lhe seja requisitado;

Exercer uma profissão remunerada, não a abandonando sem motivo legítimo, e a procurar diligentemente tal profissão quando desempregado, não recusando desrazoavelmente algum emprego para que seja apto;

Entregar imediatamente ao fiduciário, quando por si recebida, a parte dos seus rendimentos objecto de cessão;

Informar o tribunal e o fiduciário de qualquer mudança de domicílio ou de condições de emprego, no prazo de 10 dias após a respectiva ocorrência, bem como, quando solicitado e dentro de igual prazo, sobre as diligências realizadas para a obtenção de emprego;

Não fazer quaisquer pagamentos aos credores da insolvência a não ser através do fiduciário e a não criar qualquer vantagem especial para algum desses credores.

N/Referência: 1058515

25-07-2011. — A Juíza de Direito (turno), *Dr.ª Joana Tenreiro Cruz.* — O Oficial de Justiça, *Francisco M. Fernandes Coelho*.

304972059

## 1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE SANTA CRUZ

### Anúncio n.º 11539/2011

**Processo: 134/11.6TBSCR-C Prestação de contas administrador (CIRE)**

N/Referência: 2553464

Insolvente: António João Vieira Abreu, L.da

Credor: Manuel da Silva Peixoto & Companhia L.da e outro(s).

A Dr(a). Ana Madalena Gomes, Juiz de Direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a/o insolvente(o) António João Vieira Abreu, L.da, NIF — 511207298, Endereço: Edf. Boeiro Plaza Bl. B Figueirinhas R/c — B, Caniço — Santa Cruz, 9125-000 Caniço; notificados para no prazo de cinco (05) dias, decorridos que sejam dez dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (Artigo 64.º n.º 1 CIRE).

O prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

28-07-2011. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Ana Madalena Gomes*. — O Oficial de Justiça, *Sérgio Canavilhas*.

304976863

## 1.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE SANTA MARIA DA FEIRA

### Anúncio n.º 11540/2011

**Insolvência pessoa singular (Apresentação) n.º 3975/11.0TBVFR**

No 1.º Juízo Cível do Tribunal Judicial de Santa Maria da Feira, no dia 21-07-2011, às 15,30 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência dos devedores:

Valdemar Paulo Alves Ribeiro, Desconhecida ou sem Profissão, estado civil: Casado (regime: Desconhecido), nascido em 12-07-1969natural de Portugal, concelho de Santa Maria da Feira, freguesia de Fiães [Santa Maria da Feira], nacional de Portugal, NIF 193195062, BI 8456315 e Maria Noémia da Silva Tavares Ribeiro, estado civil: Casado, NIF 190948604, BI 10956399, Endereço: Rua Gualter, n.º 7, 4505-355 Fiães, com domicílio na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio. Elmano Relva Vaz, Endereço: Rua dos Mourões, 145 — 1.º, 4405-380 S. Félix da Marinha

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno(alínea *i* do artigo 36.º-CIRE)

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 19-09-2011, pelas 14:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25. º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

22-07-2011. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Emília Botelho Vaz*. — O Oficial de Justiça, *Adelino José F. A. Oliveira*.

304951209

## 2.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE SANTO TIRSO

### Anúncio n.º 11541/2011

**Processo n.º 3958/10.8TBSTS — Insolvência pessoa colectiva (Requerida)**

Requerente: Dania Leal Simões

Insolvente: Caframagova — Comércio de Moda, L.da

Caframagova — Comércio de Moda, L.da, NIF 506728200, Endereço: Rua Costa Ferreira, 36/58, Gal. Opala, Lj3,, São Martinho do Bougado, 4785-299 Trofa

Administrador insolvência João Manuel Morais de Almeida, Endereço: Av. Dr. João Canavarro, n.º 305, 3.º S/32, Edif. Alameda 1, 4480-000 Vila do Conde

Ficam notificados todos os interessados, de que o processo supra identificado, foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por: insuficiência de massa

Efeitos do encerramento: os previstos no artigo 232.º n.º 2 do CIRE

14-07-2011. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Sónia Maria Pinto Vaz*. — O Oficial de Justiça, *Glória Maria da Silva Almeida*.

304918007

## 4.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE SÃO JOÃO DA MADEIRA

### Anúncio n.º 11542/2011

**Processo: 441/11.8TBSJM Insolvência pessoa singular (Apresentação) N/Referência: 2298726**

Insolvente: António Maria Pereira Mendes e outro(s)

Credor: BANIF — Banco Internacional do Funchal S A e outro(s)

No Tribunal Judicial de São João da Madeira, 4.º Juízo de São João da Madeira, no dia 11-05-2011, pelas 12h35 m, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):

António Maria Pereira Mendes, estado civil: Casado, NIF — 162810563, Endereço: Rua Manuel Luís Costa, 213-A, 2.º Dto., S. João da Madeira, 3700-000 S. João da Madeira

Maria Manuela Bastos de Oliveira Mendes, nascido(a) em 22-05-1951, concelho de Santa Maria da Feira, NIF — 176243160, BI — 2731760, Endereço: Rua Manuel Luís da Costa, n.º 213 A, 2.º Dtº, São João da Madeira, 3700-000 S. João da Madeira com domicílio na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Dr(a). Nídia Sousa Lamas, Endereço: Rua S. Nicolau n.º 33 5.º Af, Santa Maria da Feira, 4520-248 Santa Maria da Feira.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter alínea i do artigo 36.º-CIRE)

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 07-09-2011, pelas 10:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

15-06-2011. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Sara Ferreira Maia*. — O Oficial de Justiça, *Etelvina Couto*.

304909381

## 3.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DO SEIXAL

### Anúncio n.º 11543/2011

**Processo 5909/10.0TBSXL**
**Insolvência pessoa singular (Requerida)**

Convocatória de Assembleia de Credores nos autos de Insolvência acima identificados em que são:

Daniel Bruno Rodrigues Pereira dos Santos Pedro, NIF — 210869950, BI — 10305752, Endereço: Rua Diogo Macedo, 2, R/c, Esq., Pinhal de Frades, 2840-313 Seixal

Sandra Cristina Gonçalves Correia Pedro, NIF — 212133381, BI — 10099794, Endereço: Rua Diogo Macedo, 2, R/c, Esq., Pinhal de Frades, 2840-313 Seixal